

Autor | Author

Mamadou Alpha Diallo*
[mama.diallo@unila.edu.br]**ESCRAVIZAÇÃO, RAÇA, RACISMO,
SEGURANÇA E SINGLE HISTORY****SLAVERY, RACE, RACISM, SECURITY AND SINGLE HISTORY**

Resumo: Esta reflexão parte dos protestos surgidos após a morte de George Floyd por um policial branco nos Estados Unidos e objetiva entender os aspectos de raça e racismo como uma questão de segurança nacional e internacional. Busca-se compreender a relação entre escravidão, raça, racismo e segurança nas relações internacionais a partir da análise das perigosas narrativas da “história única” (*single history*), feitas em cima da escravidão, que transformaram o negro, afrodescendente e africano, em um “ser inferior e inferiorizado”. O presente texto mostra que essas narrativas fazem parte dos pilares da construção de nações como os Estados Unidos e o Brasil e conclui que reverter essa situação constitui um desafio necessário para o fortalecimento de Estados como o Brasil, mas também para a segurança internacional. O texto é estruturado em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte discute a relação entre segurança, securitização, história única, raça e racismo. A segunda analisa o impacto do silenciamento da escravidão dos brancos pela história única na perpetuação do racismo estrutural e a terceira e última parte versa sobre raça, racismo e segurança no Brasil.

Palavras-chave: construção do Estado, política do “branqueamento”, marginalização, população negra, segurança global.

Abstract: This reflection starts from the protests that arose after the death of George Floyd by a white policeman in the United States to understand the issues of race and racism as a matter of national and international security today. We seek to understand the relationship between slavery, race, racism and security in international relations, based on the analysis of the dangerous narratives of the “single history” made on top of slavery that transformed the black, Afro-descendant and African into a “be inferior and interiorized”. It is shown that these narratives are part of the pillars of nation building such as the United States and Brazil and it is concluded that reversing this situation constitutes a necessary challenge for the strengthening of States like Brazil, but also for international security. The text is structured in three parts in addition to the introduction and final considerations. The first part discusses the relationship between security, securitization, single history and race and racism. The second analyzes the impact of the silencing of white enslavement by the single story in the perpetuation of structural racism and the third part deals with race racism and security in Brazil.

Keywords: state building, whitening policies, marginalization, black population, global security.

Recebido em: 19/01/2021

Aceito em: 03/05/2021

INTRODUÇÃO

É certo que três fatores concorrem para formar a personalidade coletiva de um povo: um fator psíquico, passível de uma abordagem literária; este é o fator que em outros lugares poderia ser chamado de temperamento nacional, e que os poetas da Negritude têm superenfatuado. Além disso, há o fator histórico e o fator linguístico, ambos suscetíveis de serem abordados cientificamente. (DIOP, 1974, p. 14)

Esta reflexão de Cheikh Anta Diop é extremamente atual e, por isso, merece ser destacada. Atos desumanos, como o assassinato de George Floyd, um homem negro, por um policial branco que o sufocou com o joelho até a morte, nos Estados Unidos, e a agressão sofrida por uma mulher negra, também sufocada por um policial, em São Paulo, desencadearam ondas de manifestação contra o racismo em 2020.

Fatos como esses trazem de volta a memória do passado racista e violento não só dos EUA, mas também mundial. A História, infelizmente, é contada pela (e na) linguagem dos dominadores. A morte de George Floyd trouxe à tona o debate sobre questões de raça, etnia e segurança no mundo inteiro, desafiando e interpelando intelectuais e responsáveis políticos a refletir sobre essas problemáticas, visto que elas afetam o mundo como um todo, especialmente em momentos de crise, incerteza e escassez, tal qual o que se vive na atualidade devido à pandemia de COVID-19, com suas imprevisíveis consequências.

O presente texto tem o intuito de contribuir nesse debate a partir da seguinte pergunta: Qual é a relação entre escravidão, raça, racismo e segurança nas relações internacionais e no Brasil? A nossa hipótese é que a questão da raça e do racismo é um problema de segurança global devido a insustentáveis bases de construção desses conceitos a partir do falso entendimento de que o africano de pele negra foi a única vítima da escravidão. Isto tem duas principais implicações: (1) a transformação do negro em um ser inferior e inferiorizado e (2) a premissa de que se pode fazer qualquer coisa, a qualquer momento e em qualquer lugar, contra o negro, já que ele seria inferior.

Conclui-se que, para reverter esta situação, é necessário revisar e reescrever a história da escravidão desvinculando a imagem do negro à do escravo e a visão do continente africano como um continente “sofredor” – ambas impactam diretamente a vida dos negros em qualquer parte do mundo. No caso brasileiro, isso implica em revisar a história da construção da nação e, principalmente, a política do “branqueamento”, que impactou a divisão, o enfraquecimento, a inferiorização e a marginalização da população afrodescendente (morena, ne-

gra, preta e mulata). A vinculação direta dos negros aos problemas sociais do estado (como drogas, roubos, violência) e a sistemática criminalização das comunidades negras, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, com altas taxas de mortes violentas geradas pela presença do Estado em nome da segurança, devem ser combatidas pelo resgate da personalidade do negro, como sugerido por Cheikh Anta Diop (1974). A análise bibliográfica e histórica e o uso de dados oficiais, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do Fórum de Segurança Pública Brasileiro e do grupo *Mapping Police Violence* dos EUA serão a base metodológica para a elaboração deste texto.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE SECURITIZAÇÃO, “HISTÓRIA ÚNICA”, RAÇA, RACISMO E SEGURANÇA?

As instabilidades que o mundo enfrenta e sempre enfrentou são resultado das escolhas e das construções históricas, sociais e políticas fundadas com base em narrativas contadas pelos (e para os) que se dizem “mestres do mundo”. A insegurança local, regional e internacional é uma consequência direta e indireta dessas narrativas e histórias contadas por um viés único, que objetivam alcançar benefícios para poucos. Ou seja, elas têm o intuito de expropriar e tornar malignas as complexas relações sociais, políticas, culturais e econômicas que colocam o mundo sob a ameaça da “perigosa história única”. Segundo a autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, a história única é fonte dos estereótipos que mostram “um povo como uma coisa repetidamente até que o mesmo se torne efetivamente essa ‘coisa’”. (ADICHIE, 2009, p. 15) Isto é chamado pelos estudiosos da segurança de “securitização”, que pode ser entendida como o movimento que leva a política além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão como um tipo especial de política ou como algo acima da política. (BUZAN *et al.*, 1998, p. 25, tradução nossa)

A partir da reflexão de Adichie (2009), percebe-se que a população negra tem sido vítima de uma única história contada pelos colonizadores brancos eurocêntricos, que fazem acreditar que ela foi a única escravizada na história e, conseqüentemente, digna de ser maltratada, inferiorizada por qualquer um e em qualquer momento e lugar do mundo. No entanto, atrás dessa “história única” se esconde uma verdade ameaçadora, principalmente para a elite dirigente branca, já que o descobrimento de outras histórias coloca em xeque todos os valores (Humanismo, Civilização, Cultura, Meritocracia etc.) legitimadores da supremacia branca nos sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais do mundo contemporâneo.

Igualmente, isso explica a necessidade da evocação e uso do tipo especial de política, este algo acima da política, chamado securitização. Analisar o discurso e as constelações políticas permite entender a securitização de maneira correta, já que um argumento com esta estrutura retórica e semiótica específica alcança efeito suficiente para fazer uma audiência tolerar violações de regras que de outra forma teriam que ser obedecidas. (BUZAN; HANSEN, 2009). Do mesmo modo, entende-se por que a securitização tem como dimensões “o ato de fala” no qual é construída a compreensão de uma ameaça; um ator securitizante que pode, a partir da primeira dimensão, exigir medidas excepcionais para enfrentar a ameaça e uma audiência a ser persuadida a aceitar as medidas, pelo ato de fala construído pelo securitizador. (BUZAN *et al.*, 1998, tradução nossa)

O conceito de raça data do século XVI compreendendo a ideia de “grupo ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum”. Já as teorias deterministas raciais surgiram em meados do XVIII. (SCHWARCZ, 2012, p. 16). Curiosamente, este período coincide com a (1) luta europeia pela libertação dos escravizados europeus católicos brancos, por meio de compra; (2) a constituição da identidade nacional na Europa, principalmente na França; (3) a presença europeia na África. Mas também coincide com (4) o auge e a queda do comércio transaariano fortemente marcado pelo tráfico de africanos pelos muçulmanos e, principalmente, com a fase do comércio transatlântico de escravizados, bem como com (5) as revoluções jihadistas, que, além de expandirem o Islã na África, encarregaram-se de fazer uma resistência à colonização ocidental do continente africano. (KALY, 2016; N’DIAYE, 2019; KANE, 2004)

Isto significa que o surgimento do conceito de raça, assim como das teorias deterministas raciais, aconteceu em um período de “histórias diversas”. No entanto, a consolidação deste conceito se baseia na perigosa “história única” que é, de certo modo, a materialização do “ato de fala”, o qual pressupõe condições de empregar uma certa sintaxe e de possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é, sobretudo, assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização (FANON, 2008). Neste sentido, pode-se afirmar que os contadores da “história única”, ao se apropriarem da palavra, assumiram a “cultura do racismo”, da inferiorização e da subalternização do negro e suportaram a “civilização” da violência, do ódio racial e do relativismo moral. (CESAIRE, 1971). A pandemia de COVID-19 e os protestos desencadeados pela morte de George Floyd acordaram instin-

tos adormecidos ameaçando as “maiores democracias”. Assim, concordamos com Peter L. Eisenberg quando este afirma que:

O racismo do século passado não foi um elemento onipresente na espécie humana, nem uma distorção encoberta pelas cópulas desenfreadas entre as raças, mas uma construção ideológica, fruto de conjunturas históricas, na qual os interesses materiais das classes dominantes encontraram no racismo uma justificativa científica para, no caso do Brasil, a importação de europeus e a inferiorização da maioria dos brasileiros. (EISENBERG, 1987, p. 15)

Esta reflexão de Eisenberg mostra que o racismo e a inferiorização do negro é um meio para “securitizar” as relações sociais no intuito de tomar medidas “acima da política”, portanto, fora da lei, para salvaguardar os interesses materiais da classe dominante branca sob um suposto “contrato ou acordo social” legitimado. Neste sentido, Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde nos lembram que o esforço para obter o acordo do público é um movimento de securitização, que só pode ser bem-sucedido se o público estiver convencido de que existe uma ameaça existencial e que essa ameaça precisa ser combatida com “medidas especiais e ações justificadas fora dos limites normais do procedimento político”. (BUZAN *et al.*, 1998, p. 24). Deste modo, pode-se afirmar que as questões de raça e de racismo são a materialização do perigo da “história única”, que, por sua vez, serve de base para a classe dominante branca justificar o discurso de securitização.

Portanto, para um debate sério e aprofundado sobre raça, racismo e segurança na atualidade é importante o questionamento da “história única” sobre a escravização e a inferiorização, objetivando mostrar que a raça branca também foi vítima de escravização e, portanto, se ser escravo ou descendente de escravizados for sinônimo de inferiorização, brancos e negros serão vítimas de forma igual.

A “HISTÓRIA ÚNICA” SILENCIA A ESCRAVIZAÇÃO DOS BRANCOS

A escravização é descrita pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a condição de uma pessoa sobre a qual qualquer ou todos os poderes relacionados ao direito de propriedade são exercidos (ONU, 1953). Segundo Sylvester (2010), é sabido que a escravização existe como instituição nas civilizações humanas em todo o mundo há milhares de anos e que perdura até hoje, mas há muito que não conhecemos sobre o assunto. Não é amplamente difundido, por exemplo, o fato de

que, no Líbano, a importação de escravizados brancos entrou em vigor sete anos depois de a Convenção Anglo-Egípcia sobre a Abolição da Escravização abolir formalmente o comércio de escravizados africanos no Egito, em 1877 (WALZ, 2010). Ou seja, a escravização tanto de brancos quanto de negros existiu concomitantemente até, pelo menos, o século XIX. Quando se remetem à escravização do século XV ao século XX, automaticamente pensa-se nos africanos vendidos para trabalharem nas *plantations* das Américas em benefício das “potências” coloniais (Inglaterra, França, Espanha, Portugal). O que não se imagina é que, no mesmo momento, havia ingleses, franceses, espanhóis e italianos, entre outros, sendo escravizados na África. Não há imagens de brancos acorrentados ou submetidos a trabalhos forçados em condições sub-humanas e humilhantes nos livros de História. No entanto, houve escravização de cristãos brancos por africanos na região do Mediterrâneo (Egito, Tunísia, Líbia) antes e durante o comércio transatlântico de escravizados negros.

Isto pode ser ilustrado pelo título do livro de Robert C. Davis: *Escravidos Cristãos, Mestres Muçulmanos: Escravização Branca no Mediterrâneo, na Costa de Barbary e na Itália, 1500-1800* (“Christian Slaves, Muslim Masters: White Slavery in the Mediterranean, the Barbary Coast and Italy, 1500-1800”), publicado em 2004, como uma destas tantas coisas que desconhecemos sobre a escravização. Esta obra de Davis é uma dentre a infinidade de referências que tratam do tema dos escravizados cristãos e brancos. O autor mostra como, durante séculos, homens em todo o Mediterrâneo escravizaram outros não por causa da cor de sua pele, mas por causa de suas religiões – a escravização fiel.

Conforme dados apresentados pelo autor, entre 1516 e 1800 cerca de 2539 navios franceses, britânicos, italianos, norte-americanos e espanhóis foram capturados por tunisianos, marroquinos, egípcios e líbios e seus ocupantes escravizados. Segundo Davis (2004), foi no seu ponto mais violento que o cristianismo e o islamismo entraram em contato direto, ao longo de uma fronteira cultural difusa de 3.000 milhas, que ia de Ibéria e Marrocos, a Oeste, até os Bálcãs e o Levante, a Leste. Apesar disso, pouco se fala de outros processos de escravização além do Atlântico, um silêncio assustador, como mostra o próprio espanto do autor:

Fiquei impressionado com o fato de a escravização, tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico, surgir e florescer – se esse termo puder ser usado – quase exatamente ao mesmo tempo: pode-se dizer – pelo mesmo motivo. É claro que a escravização era praticada desde as primeiras histórias em ambos os

lugares, suas raízes se aprofundam nas culturas clássicas do Egito, na Grécia e em Roma, bem como nos impérios ameríndios no México e na América Central. No entanto, foi apenas no início da era moderna que a escravização em cada uma dessas regiões deu um salto em qualidade e quantidade, até que ambas se tornaram instituições de grande escala e alta eficiência. (DAVIS, 2004, p. 26)

Esta reflexão de Davis mostra que a escravização não começou no século XV, muito menos foi praticada somente contra africanos negros, já que acontecia tanto no Egito quanto na Grécia e na Roma Antiga. Neste sentido, Youval Rotman (2009) argumenta que a evolução da escravização pode ser vista como parte da evolução das sociedades medievais, que se estende muito além do contexto econômico para o qual tem havido uma tendência a definir a escravização. Igualmente, ao mostrar que a escravização surgiu e floresceu de maneira paralela tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico ilustra e reforça a ideia de que a história da escravização, apesar de ser um tema acadêmico e cientificamente muito trabalhado, ainda é pouco conhecida devido, certamente, à “história única” de que fala Chimamanda Adichie (2009).

A morte trágica de George Floyd nos Estados Unidos, seguida de manifestações no mundo inteiro, além de várias outras vítimas da violência e do ódio gerado pelo racismo são ilustrações do perigo desta *single history*. Em sua obra *Slavery in the Arab World* (“Escravidão no Mundo Árabe”), Murray Gordon observa que “apesar da longa história de escravização no mundo árabe e em outras terras muçulmanas, pouco se escreveu sobre essa tragédia humana” (GORDON, 1989, p. 1, tradução nossa). O autor afirma que a escravização no mundo árabe antecede em mais de um milênio o estabelecimento da escravização pelos europeus no Novo Mundo e que ela continuou a florescer ainda por mais de um século depois que o “pecado” tocou no ocidente (GORDON, 1989, p. 8, tradução nossa). No entanto, ele foca nos cerca de “onze milhões de africanos que foram removidos à força para prestarem serviço em porões, haréns e exércitos árabes” (GORDON, 1989, p. 147, tradução nossa) porque está preocupado em mostrar que o comércio triangular de escravizados controlado pela Europa não foi mais trágico que o árabe, silenciando o fato de que as primeiras vítimas da escravização árabe e muçulmana foram os europeus quando da invasão e colonização da Península Ibérica.

Gordon, apesar de não ignorar a escravização de brancos, minimiza-a, enfatizando a escravização de mulheres brancas para exploração sexual. Inclusive, a definição da escravização

pela Organização das Nações Unidas, em 1956, fala de “escravização dos brancos ou escravização sexual” que Sylvester (2010) retoma em sua obra *Slavery Throughout History* (“A Escravização ao Longo da História”). Nesta obra, Theodore L. Sylvester objetiva “fornecer uma visão geral da instituição da escravização desde o momento em que se desenvolveu entre os primeiros colonos permanentes na Mesopotâmia (talvez até 3500 anos antes de Cristo) até os dias atuais”. Apesar disso, passa por cima da existência de escravizados brancos a serviço dos africanos, apesar de incluir nas civilizações encobertas pela obra o Egito Antigo, Israel, Grécia, Roma, a Europa Ocidental, as Américas e a África na Idade Média (SYLVESTER, 2010, p. 35, tradução nossa).

No entanto, o fato de a expressão “escravo branco” (*white slave*) aparecer somente cinco¹ vezes ao longo de toda obra de 731 páginas mostra o deliberado descaso e silêncio sobre o tema dos contadores da “perigosa história única”. Jennifer A. Glancy, em sua obra *Slavery in Early Christianity* (“Escravidão no Cristianismo Primitivo”)², mostra que a escravização foi disseminada em todas as terras do Mediterrâneo onde o cristianismo nasceu e se desenvolveu e afirma que “embora os cristãos fossem escravizados e proprietários de escravizados, houve surpreendentemente poucos estudos sobre o que os primeiros cristãos pensavam sobre as realidades da escravização” (GLANCY, 2002, p. 19, tradução nossa). Porém, apesar de reconhecer que cristãos foram escravos e donos de escravizados, a autora não especifica a cor desses cristãos, muito menos aborda a questão dos escravizados europeus que foram trazidos para a região pelos muçulmanos, fato amplamente documentado por Robert C. Davis.

Glancy (2002) destaca de forma relevante a importância do corpo no pensamento e na prática da escravização antiga e mostra que “ser escravo era ser um corpo sujeito a coerção e violação, sem direitos à integridade ou privacidade corporais” (GLANCY, 2002, p. 108, tradução nossa). Vale ressaltar que esse pensamento e visão do “ser escravo” permaneceu nos períodos posteriores e acompanhou os descendentes de escravizados principalmente nas Américas, o que justifica, de certo modo, a inferiorização e a discriminação social, econômica, política e cultural por meio das estruturas de raça e de racismo.

Em *The Old World Background to European Colonial Slavery* (“O Fundo do Velho Mundo para a Escravização Colonial Europeia”), de Robin Blackburn, publicado no *William e Mary Quarterly*, este silêncio fica mais latente quando o autor reconhece e afirma que “técnicas árabes de produção de açúcar foram adotadas no Levante, na Sicília e na Andaluzia,

com trabalhadores servis que cultivavam e processavam cana” (BLACKBURN, 1997, p. 66, tradução nossa), mas silenciam o fato de que essas técnicas foram introduzidas no mundo ibérico pela colonização árabe e muçulmana. É importante pontuar que essa colonização era mais muçulmana do que árabe, pois era composta por uma maioria de muçulmanos africanos (KALY, 2016). Portanto, ao falarem do “eclipse da escravização na Europa medieval”, os autores buscaram simplesmente minimizar sua ocorrência e impacto no mundo ocidental, além de exaltar o sucesso dos “poderosos” que colonizaram as Américas:

Há muitas características da Europa medieval que, segundo se afirma, antecipam a escravização colonial do novo mundo. Os poderes que colonizaram com sucesso as Américas tiveram suas raízes nos reinos medievais, cada um deles demonstrando uma propensão à intolerância e perseguição, expansão territorial, assentamento colonial, imposições arrogantes sobre povos súditos e justificativa teológica da escravização, exclusão racial e empresa sórdida. De um modo mais geral, os europeus medievais tardios eram propensos a estigmatizar os infiéis e os pagãos e a ter uma noção fantasiosa de povos selvagens ou “monstruosos”. (BLACKBURN, 1997, p. 65, tradução nossa)

Esta reflexão de Blackburn (1997) mostra que há uma antecedência da escravização colonial e foca nas supostas “capacidades” de previsão, antecipação e “propensão à intolerância, à imposição, expansão”, como se estes adjetivos fossem inatos ao europeu, em vez de reconhecerem seu passado “bárbaro” e dizer que adquiriram estes termos, por experiência própria, quando da sua dominação pelos povos árabes e muçulmanos em torno do Mediterrâneo. Segundo Rotman (2009), este espaço do Mediterrâneo funcionava como intermediário comercial entre o lado europeu e o lado árabe, como a arena em que ocorreu o movimento de pessoas e mercadorias. O comércio de escravizados teve um papel central nessa dinâmica, que sempre dependeu da riqueza do mundo árabe.

Contrariamente aos outros autores, Rotman, em seu livro *Byzantine Slavery and the Mediterranean World* (“Escravidão Bizantina e o Mundo Mediterrâneo”), traz uma contribuição importante no sentido de discutir a diversidade, a forma e a evolução da escravização nessa região específica. Mas também mostra como os árabes contribuíram na hierarquização do escravo e na inferiorização do negro em relação aos escravizados brancos. Segundo o autor, os árabes de fato fizeram uma distinção entre escravizados negros e brancos e concederam um valor maior aos brancos. Na língua árabe, os escravizados

1 Nas páginas 20, 111, 260, 269 e 298;

2 Nesta obra, a expressão *white slave* (“escravo branco”) não foi usada.

negros continuavam sendo chamados de *'ábid* (escravizados), enquanto os escravizados brancos eram designados pelo termo “saqaliba” (eslavos)³.

Isto mostra que os árabes foram bastantes ativos no comércio de escravizados no decurso dos seus movimentos de conquistas, que teve início com a tomada, a submissão e a islamização do norte da África e continuou com a tomada e colonização da Península Ibérica, onde desenvolveram uma civilização brilhante, simbolizada pelos emirados e califados. No entanto, ao regressarem para a África, em uma nova onda de islamização, levaram consigo uma infinidade de desgraças, e a história dos árabes mergulhou os povos negros nas trevas e no mal absoluto. (N'DIAYE, 2019). Se as Cruzadas foram trágicas para árabes, judeus e cristãos, a escravização árabe também o foi para cristãos e africanos. No caso destes últimos, Tidiane N'Diaye observa pertinentemente que “enquanto o tráfico transatlântico durou quatro séculos, os árabes arrasaram a África subsaariana durante treze séculos ininterruptos e a maioria dos milhões de homens por eles deportados desapareceu devido ao tratamento desumano e à castração generalizada (N'DIAYE, 2019, p. 9). Estas observações, tanto de Rotman (2009) quanto de N'Diaye (2019), apontam para a contribuição árabe na construção estereotipada da história da escravização e dos negros, mas também mostra por que os países árabes ou arabizados da África (Egito, Tunísia, Argélia, Mauritânia, Sudão) tentam perpetuar práticas escravistas⁴. No caso do Sudão, N'Diaye conclui que, do Darfur do século VII ao Darfur do século XXI, o horror continua, desta vez com a agravante da limpeza étnica.

A criação de estereótipos raciais, seja pelos árabes, pelos norte-americanos ou pelos brasileiros brancos desde o final do século XIX e início do século XX, tem eco no perfil racial de suspeitos de crimes em geral e até do terrorismo, como bem lembra Smith (2006). Porém, vale ressaltar que a construção desses pensamentos e visões estereotipados somente foi e continua sendo possível graças ao silêncio causado pelas narrativas dos contadores da *single history*.

Portanto, pode-se concluir que se o conceito de raça é uma construção sócio histórica do mundo e do Brasil, ela tem como base as narrativas construídas sobre a escravização e coloniza-

ção (história única), que legitimaram, a partir de pressupostos de segurança/securitização, a inferiorização, a estigmatização e todas as violências e violações feitas ao negro. Igualmente, é possível afirmar que a defesa e a manutenção desta “história única” sobre a escravização se fundamenta em parte nesta visão do “ser escravo/descendente de escravo” como sinônimo deste corpo sujeito à coerção, inferiorização, violação e desumanização para justificar o discurso de securitização. A partir desta amostra da ampla produção bibliográfica sobre a temática, nota-se que este desconhecimento é fruto da “perigosa história única” que não fala da escravização branca, porque isso desumaniza, inferioriza e, principalmente, deslegitima o discurso securitizador e, conseqüentemente, coloca em perigo as vantagens materiais dos “dominadores”.

RAÇA, RACISMO E SEGURANÇA NO BRASIL

Raça, racismo e segurança são três palavras relacionadas quando se pensa a formação da nação brasileira e têm sido, certamente, os principais legados do colonialismo e do escravismo europeus que continuam acompanhando o Brasil até a atualidade. Considerando os dados demográficos e o papel da população no fortalecimento (ou no enfraquecimento) do Estado, esta seção objetiva analisar historicamente como os tópicos de raça e de racismo têm sido uma questão de segurança, ou relacionados a ela, ao longo da formação do Estado brasileiro. Conclui-se que lutar contra o racismo fortalece o Estado e a falta de políticas claras sobre a questão gera instabilidade, insegurança e enfraquece o Estado econômica, política, cultural e socialmente.

A independência do Brasil, em 1822, aconteceu em pleno período de debate e de movimentos sobre igualdade de direitos. Para o negro, foi um momento muito crítico, visto a preponderância das teorias racistas que defendiam a superioridade do branco sobre as outras raças e a proclamação do “fim da escravização” nas Américas sem a devida liberdade e igualdade. A internalização, a assimilação e a reprodução das bases “científicas” do racismo estruturou-se por meio das teorias racistas e conseqüentes ideologias desenvolvidas na Europa e na América do Norte no século XIX. O escravismo e a superposição de dominação sobre a hierarquia de relações inter-raciais, fundamentos da sociedade oitocentista (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013), propiciavam a difusão das ideias eurocêntricas no Brasil. De certo modo, essa internalização também introduziu no Brasil o “vírus” da *single history*, que, ao silenciar a escravização dos brancos católicos, transformou o “ser negro” um

3 Essa palavra, que atesta a origem eslava desses escravizados, corresponde à palavra “sklavos”, que desde o século XII era o sinônimo grego da palavra “escracho”. (ROTMAN, 2009)

4 São frequentes os relatos sobre a existência de escravizados ainda no século XXI. No caso do Sudão, N'Diaye (2019) afirma que, em 1996, o enviado especial das Nações Unidas testemunhou um aumento assustador do escravismo, do comércio de escravizados e do trabalho forçado. Em junho do mesmo ano, dois jornalistas do Baltimore Sun relataram em um artigo que conseguiram comprar jovens escravas para libertá-las.

sinônimo de “ser escravo” e passou a aceitar a “superioridade” do branco católico em relação ao negro e ao índio.

No caso brasileiro, além da internalização das perigosas narrativas da história única, houve desde cedo um esforço institucionalizado que buscou, por vários meios, transformar o Brasil em uma nação de “brancos”. As bases e os fundamentos da construção da nação, da identidade nacional e do sentimento de nacionalidade foram procurados nas teorias e doutrinas raciais herdadas do colonialismo europeu e eurocêntrico. A internalização, a institucionalização e o aprofundamento (*à la* brasileira) dessas teorias teve como consequência a naturalização do racismo e do preconceito contra negros, que resultou no processo contínuo de “eliminação” desta população, o que Abdias Nascimento chamou, com pertinência, de “o genocídio do negro brasileiro” (NASCIMENTO, 2016, p. 75).

Esse genocídio não aconteceu por acaso. Um olhar retrospectivo sobre a inclusão ou exclusão de critérios e termos relacionados à cor no recenseamento mostra que a discriminação racial fez parte do projeto da construção da nação e da nacionalidade brasileira a partir do desenvolvimento de uma terminologia de descrição da aparência ou traços físicos das características raciais dos indivíduos. (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013). Segundo estes autores, a partir do censo de 1872 cristalizou-se o sistema de classificação da cor no país com a utilização das categorias de brancos, pretos, pardos e caboclos. No entanto, a operacionalização censitária da distinção da população foi feita segundo a condição civil de livre e escravo. Este fenótipo deu lugar à ideia de mestiçagem e mistura de raças na classificação pós-abolição da escravatura no censo de 1890.

A retórica da mestiçagem trouxe a “cor” como uma linguagem ambígua de inclusão e exclusão na nacionalidade e esta classificação racial de forte conteúdo hierárquico do mundo social se mostrou impregnada do signo positivista, no qual a mestiçagem promovida à categoria assumiu o sentido atribuído pelo branqueamento (NASCIMENTO, 2005 apud PETRUCCELLI; SABOIA, 2013). Essa mestiçagem significa, de certa forma, a diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, o que levaria ao gradual desaparecimento dessa população (CAMARGO, 2010), corroborando com a ideia do “genocídio do negro brasileiro” de Abdias de Nascimento.

Este último autor chama a atenção para a violência principalmente contra as mulheres negras que, a partir da consolidação da ideia de miscigenação, passaram a sofrer estupros mais frequentemente, com o intuito de gerar “um produto” de sangue misto – os primeiros mulatos, pardos e morenos (NASCIMENTO, 2016). A combinação da ideia da diluição do “sangue negro” com as políticas voltadas ao incentivo à mi-

gração branca culmina, no início do século XX, nas propostas de construção de uma identidade nacional, com a intenção de chegar a solucionar o “problema” do negro e do índio pela simples eliminação, seja pelo branqueamento⁵, seja pela destruição direta ou indireta, no sentido de uma sistemática omissão na garantia das condições de reprodução destes grupos sociais. (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

Vale ressaltar que essa eliminação se justifica pela busca permanente da manutenção da supremacia e dos interesses econômicos, políticos e socioculturais da minoria branca em detrimento das outras componentes da sociedade e da nação. Como se percebe, trata-se de ações “acima da política”, por isso justificadas por questões de segurança e securitização. Segundo estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma agenda de segurança deve levar em consideração as relações entre a dimensão global, nacional e das pessoas (NASSER; MORAES, 2014). Entende-se que, portanto, na atualidade, estas três dimensões são estritamente relacionadas às questões étnico-raciais, visto a relação entre defesa/segurança e “democracia” que forma um círculo virtuoso no Brasil, conforme Celso Amorim⁶. Nasser e Moraes observaram que a preocupação da sociedade civil em torno da segurança referia-se à estabilidade democrática e à ênfase na proteção dos direitos humanos (NASSER; MORAES, 2014). É importante apontar que falar de “estabilidade democrática e proteção dos direitos humanos” tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos da América significa lidar com as questões de raça, de racismo, e, por conseguinte, da população negra.

De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, se consideramos as 6220 vítimas de intervenção policial em 2018, 75,4% são negras. Outro dado importante é que 99,3% do total das 6620 vítimas são homens, entre os quais 77,8% são jovens de 15 a 29 anos. Isto significa que o Estado está eliminando o que é mais valioso para sua sobrevivência e fortalecimento – seu recurso humano –, do qual são dependentes as questões econômicas, técnicas, tecnológicas e militares. Mesmo dentro da polícia, a maioria das vítimas (51,7%) são negras e 75,6% destas foram assassinadas fora do horário de serviço policial (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), portanto, sem uma clara definição de como, por que e por quem estas pessoas foram mortas. Isso mostra que, ainda em 2020, o projeto da “construção da nação e da

5 Miscigenação com o grupo branco;

6 Esta afirmação está no prefácio do livro O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul, organizado por Nasser e Moraes (2014).

nacionalidade” continua buscando “resolver o problema do negro” pela eliminação (NASCIMENTO, 2016, p. 30).

É possível perceber que, apesar dos esforços e avanços, a problemática original da formação da nação e da nacionalidade persiste e a suposta solução apontada no início do século XX (eliminação dos grupos de negros e indígenas, vistos como inferiores e vergonhosos para a nação) continua sendo a opção privilegiada dos tomadores de decisão. A continuidade desta lógica escravocrata fica mais evidente se olharmos os dados do Atlas da Violência de 2020, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Este estudo indica que, em 2018, os negros (pretos e pardos) representavam 75,7% das vítimas de homicídios, com a taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 37,8, ao passo que essa taxa é de 13,9 entre os não negros (brancos, amarelos e indígenas) (IPEA, 2020, p. 13). O mesmo estudo chama a atenção para o aumento de 11,5% de homicídios de negros e uma diminuição de 12,9% para os não negros nos últimos dez anos (2008-2018). Esses dados revelam que quando os tomadores de decisões e/ou candidatos a cargos eletivos falam de diminuição da violência em suas respectivas áreas de atuação (federal, estadual ou municipal) e do “controle da violência” estão, ao mesmo tempo, celebrando o extermínio da população negra.

Enfim, há uma negação sistemática da possibilidade de expressão legítima das identidades raciais negras e indígenas e, por isso, concorda-se com Abdias de Nascimento quando este afirma que “desde a escravidão passando pelo período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. (NASCIMENTO, 2016, p. 34). Esta visão sobre o projeto da construção da nação e da nacionalidade é, de certa maneira, consequência direta da escravidão, mas, principalmente, das narrativas construídas sobre ela desde a *single history*, cujo perigo resultou e resulta na continuação da escravidão por outros meios.

Isto nos mostra que a abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio. Ela o intensificou nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escrava ainda possuía utilidade (CAMARGO, 2010; NASCIMENTO, 2016). Nesta mesma ótica, Azevedo (1987) afirma que a chegada da República, apoiada por apaixonados pelo imigrante branco, mas não pelo brasileiro de cor, fortaleceu o racismo e condenou o negro à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal, comprovando que, após a abolição, a liberdade não significou igualdade. Ao contrário, a abolição expôs o negro a um extermínio moral e cultural com consequências econômicas, demográficas, sociais e étnico-culturais, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Os países passaram por um proje-

to de branqueamento por meio da diluição do sangue do negro (mestiçagem), das políticas que facilitaram e incentivaram a imigração branca e até mesmo por meio da criminalização, marginalização e eliminação sistemática, justificadas como questões de segurança⁷.

Em suma, é possível notar que as questões de raça e racismo são resultado do processo histórico ligado à escravidão, à colonização e à construção do Estado-nação. A inferiorização e a marginalização do negro no sistema internacional, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, originaram-se nas narrativas construídas pela *single history*, justificadas por uma “necessidade de segurança” que se faz “acima da política”, ou seja, uma construção securitizante.

Esses conceitos nos aproximam do pensamento de Toni Morrison (2019), autora que busca entender como o conceito de raça, que parece tão frágil, pode ter influência tão forte sobre milhões de pessoas. Morrison conclui que o conceito-chave é a necessidade de confirmar a própria humanidade ao cometer atos desumanos e de transformar o escravizado em uma espécie estrangeira, o parece ser uma tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como normal (MORRISON, 2019). Esta reflexão se aplica ao Brasil e aos “fundadores e guardiões da República”. (KALY, 2016, p. 139). Eles buscaram e buscam afirmar sua humanidade por meio do conceito de raça criando múltiplas categorias: negro, moreno, pardo, mulato. Destarte, sempre que necessário, tais categorias são identificadas como “afrodescendentes” ou simplesmente descendentes de escravizados para marcar a inferioridade, afirmar a identidade “branca superior” e negar o pertencimento do inferiorizado (visto como estrangeiro) à nação. É possível afirmar que esta negação e inferiorização enfraquece o Estado e, conseqüentemente, prejudica todas as camadas sociais do país, principalmente aqueles que estão no topo da pirâmide (a elite dirigente), gerando mais insegurança e instabilidade da nação. Assim, fica claro que lutar contra o racismo fortalece o Estado e beneficia a todos, pois isto significa mais segurança e bem-estar da sociedade brasileira, norte-americana ou de qualquer outra nação.

A permanência das estruturas de raça e de racismo deve ser considerada como uma das maiores ameaças à estabilidade e à segurança do Estado-nação e do sistema internacional do século XXI. Assim, se de um lado é sabido que a “raça” não é inerente à biologia nem à cultura e deve ser resumida à consciência pelos encontros no espaço social e no tempo histórico, do

7 Aqui, este termo pode significar medo de perder os espaços, de ser dominado pelos negros e seus descendentes; medo de dividir os bens materiais da nação; medo de perder ou de não ter como justificar seu humanismo, sua personalidade definida em relação ao “outro”. Enfim, medo da Onda Negra.

outro percebe-se que não se pode esperar uma verdadeira autoconsciência de um mundo racialmente polarizado de dupla consciência, no qual “um sentimento de sempre olhar para si mesmo através dos olhos dos outros, de medir a alma pela fita de um mundo que observa com divertido desprezo e piedade”. (HOLT, 1995, p. 2)

Segundo Fanon (2008), a autoconfiança multiplica os fragmentos, mas não é dupla; por isso, os negros não têm resistência ontológica aos olhos dos brancos. Desta forma, montou-se um esquema histórico-racial no qual o branco criou a imagem do negro a partir de mil detalhes, anedotas e histórias. O esquema histórico-racial a que se refere Fanon (2008) também é, de certa forma, fruto da “história única”, principalmente em relação à escravização, sobre a qual o branco continua criando detalhes, anedotas e histórias para justificar e sustentar o racismo estrutural em nome da “segurança nacional”. Neste sentido, é importante e necessário mudar o rumo da “história única”, assim como as narrativas sobre a escravização e a “segurança nacional” pela apropriação do “ato de fala”, no intuito de assumir a cultura negra e suportar o peso da civilização africana e dos afrodescendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações sociais em todo o mundo devido à morte de George Floyd e o grito “Vidas negras importam” (*Black lives matter*), globalmente conhecido, indicam a importância de haver mudanças nas estruturas sociopolíticas, culturais e econômicas mundiais para que se garanta um convívio harmônico e seguro, tanto no nível dos Estados quanto no sistema internacional. Para que esta chama de conscientização global sobre a importância da vida humana (e não somente dos negros) não se apague é necessário revisitar a História, principalmente a da escravização e a das narrativas construídas em cima desta pela colonização e colonialidade, rompendo com as “verdades” destas histórias únicas. Neste sentido, concorda-se com o alerta de William Du Bois, segundo o qual:

Se, por negligência, preconceito, ganância e injustiça, o mundo preto for explorado, arrebatado e degradado, os resultados devem ser deploráveis, senão fatais – não apenas para eles, mas para os altos ideais de justiça, liberdade e cultura que mil anos de civilização Cristã tiveram antes da Europa. (DU BOIS, 1900, p. 3)

Portanto, interessa a todos lutar contra as mazelas históricas do escravismo, do colonialismo e do imperialismo europeu

que deixaram marcas que a pandemia do COVID-19 somente revelou de forma mais clara: as desigualdades sociais, econômicas e políticas. No caso do Brasil, as desigualdades sociais entre pretos e brancos são bem conhecidas. No que tange aos salários, por exemplo, dados do IBGE (2019) revelam que os brancos ganhavam 73,9% a mais que os pretos (SANTOS *et al.*, 2020). Considerando o perfil social da população brasileira como majoritariamente negro, fortemente impactado pelas privações sociais, de moradia, saneamento, educação, emprego e renda, podemos afirmar que o fortalecimento do Estado brasileiro depende muito da inclusão social, econômica e política do negro.

Assim, entende-se que a expansão da pandemia de COVID-19 pelas favelas, periferias e interiores do Brasil visibiliza de forma mais clara a perversa desigualdade entre as classes sociais, naturalizada e aceita por grande parte da sociedade e das instituições do Estado. Isto representa uma barreira às recomendações de higiene básica, distanciamento físico e permanência em casa e, conseqüentemente, ao enfrentamento da pandemia e das suas atuais e futuras conseqüências (SOUSA; UENO; YONEKURA, 2020)

Deste modo, faz-se necessário que haja conscientização das elites políticas, dos intelectuais, dos afrodescendentes e dos africanos da diáspora sobre de que maneira seus comportamentos afetam milhões de negros em todo o mundo. Isto é reconhecer suas responsabilidades no desenvolvimento do negro, para que seja possível combater as bases dos maus-tratos sofridos por essa população ao longo dos séculos. Uma mudança de comportamento desta natureza terá uma influência direta nas relações étnico-raciais e no racismo nas Américas e no Brasil. É neste sentido, por exemplo, que se pode ler a convocação urgente por iniciativa do grupo dos países africanos por meio de seus representantes no quinto debate do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, ocorrido em junho de 2020, o qual se posicionou solidariamente à família de George Floyd e exigiu uma postura condenatória e uma adoção de normas internacionais para estancar a prática do racismo. Este ato resultou numa resolução condenando fortemente “práticas violentas e discriminatórias” por parte de agências de aplicação da lei.

Também se torna urgente estreitar os laços de solidariedade entre as populações negras no sentido de formar uma “nação negra”, uma comunidade solidária dentro dos respectivos países em que vivem. Isto não significa a criação de entidades “separatistas”, mas sim de uma coletividade que possa falar como uma única voz, para lutar pela melhoria e consolidação de verdadeiras democracias, o que fortaleceria e beneficiaria

nações como o Brasil dentro do sistema internacional, consolidaria a nação e o Estado democrático.

Por fim, é importante que o mundo desperte e compreenda que preconceito, marginalização e violência não serão mais tolerados. Deste modo, a estabilidade e a segurança nacional, regional e internacional dependerão do devido estancamento do racismo e de todas as questões ligadas à raça, etnia, marginalização e exclusão social.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BLACKBURN, Robin. The Old World Background to European Colonial Slavery. **The William and Mary Quarterly**, v. 54, n. 1, p. 65-102, 1997. DOI: <https://doi.org/10.2307/2953313>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2953313>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- BRADLEY, K. **The Cambridge World History of Slavery, Volume 1: The Ancient Mediterranean World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. de. **Security**: a new framework for analysis. EUA: Lynne Rienner Publisher, Inc., 1998.
- CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (org.). **Estatísticas nas Américas**: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, p. 229-263.
- CESAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Présence Africaine, 1971.
- DAVIS, R. C. **Christian Slaves, Muslim Masters**: White Slavery in the Mediterranean, the Barbary Coast and Italy, 1500-1800. EUA: Palgrave MacMillan, 2004.
- DIOP, C. A. **A origem africana da civilização**: mito ou realidade. Paris: Présence Africaine, 1974.
- DU BOIS, W. E. B. **To the Nations of the World**. Pan African Association: Londres, 1900.
- EISENBERG, P. L. Prefácio. In: AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Brasília (DF), 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.
- GLANCY, J. A. **Slavery in Early Christianity**. Nova York: Oxford University Press, Inc., 2002.
- GORDON, M. **Slavery in the Arab World**. EUA: New Amsterdam Books, 1989.
- HOLT, T. C. Marking: race, race-making, and the writing of History. **The American Historical Review**, v. 100, n. 1, p. 1-20, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/2167981>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2167981?seq=1>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- IPEA. **Atlas da violência 2020**: principais resultados. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- KALY, A. P. A presença-ausência dos árabes e de muçulmanos nos processos de modernização brasileira: a readequação dos mapas coloniais. **Repocs**, São Luís, v. 13, n. 26, p. 121-152, jul./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v13n26p121-152>. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5144/3153>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- KANE, O. **La première hégémonie peule – le Fuuta Tooro de Koli Tenella à Almaami Abdul**. Dakar: Karthala – Presses Universitaire

de Dakar, 2004.

MORRISON, T. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, A. S. **A construção da nação arco-íris**: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960). 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/98961>. Acesso em: 17 mar. 2021.

NASSER, R. M.; MORAES, R. F. de. (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília (DF): IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

N'DIAYE, T. **O genocídio ocultado**: investigação histórica sobre o tráfico negreiro árabo-muçulmano. Paris: Gradiva, 2019.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GT_Igualdade_Racial/Artigos_Estudos/Caracter%20%C3%A9sticas%20%C3%89tnico-Raciais%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

ROTMAN, Y. **Byzantine slavery and the mediterranean world**. Cambridge (EUA)/Londres: Harvard University Press, 2009.

SANTOS, M. P. A. dos; NERY, J. S.; GOES, E. F.; SILVA, A. da; SANTOS, A. B. S. dos; BATISTA, L. E.; ARAÚJO, E. M. de. População negra e COVID-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, ago. 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nr=iso. Acesso em: 17 mar. 2021.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco**, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SMITH, M. M. **How Race is Made**: Slavery, Segregation, and the Senses. Carolina do Norte (EUA): University of North Carolina Press,

2006.

SOUSA, A. M.; UENO, L. S.; YONEKURA, Y. A solidariedade antirracista como urgência em tempos de pandemia. **OutraColuna (on-line)**. [S. l.], 11 jun. 2020. Disponível em: <https://outracoluna.wordpress.com/2020/06/11/a-solidariedade-antirracista-como-urgencia-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SYLVESTER, T. M. **Slavery Throughout History**. *Almanac*. Nova York: Thomson-Gale, 2010.

WALZ, T. **Race and Slavery in the Middle East**: histories of trans-saharan africans in the 19th-century Egypt, Sudan, and the Ottoman Mediterranean. Cairo: The American University in Cairo Press, 2010.

CURRÍCULO

* Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais / Pesquisa na área de Relações Interafricanas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/606673274872366>